Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

LG Informática S.A.

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
com relatório do auditor independente

LG Informática S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório da Administração 1
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes 6
Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis 7
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas 8

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanço patrimonial 15
Demonstração do resultado 17
Demonstração do resultado abrangente 18
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 19
Demonstração dos fluxos de caixa 20
Demonstração do valor adicionado 21
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 22

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da LG Informática S.A. ("Companhia" ou "LG") apresenta, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

MENSAGEM DA DIRETORIA

Há 35 anos atuando em um segmento marcado por desafios e inovações tecnológicas, vivemos uma nova era, digital, que trouxe muitas mudanças não só para o dia a dia das pessoas, modificando a forma com que nos comunicamos e temos acesso à informação, mas também para a rotina das empresas e, principalmente, para a forma de se fazer gestão do capital humano dentro das organizações.

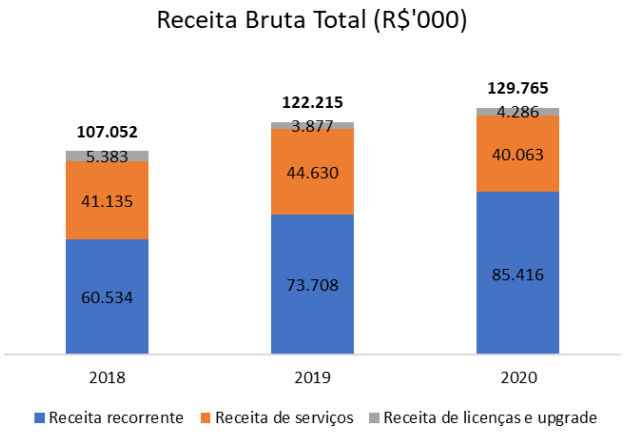
Inteligência Artificial, Big Data e Analytics são ferramentas já utilizadas por gestores para aumentar sua produtividade, serem mais assertivos na tomada de decisões e no desenvolvimento de pessoas. E temos investido para acompanhar esse avanço e oferecer sempre o melhor em tecnologia para gestão de Recursos Humanos ("RH") aos nossos clientes.

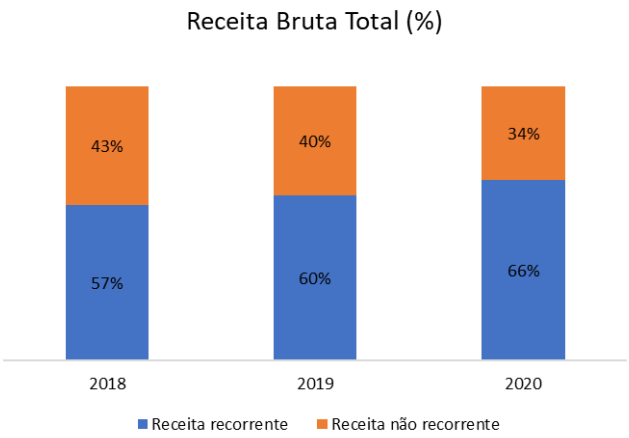
De uma pequena empresa goiana de revenda de hardware para a maior fornecedora de tecnologia em nuvem para gestão de RH do país, hoje contamos com mais de 470 colaboradores, atuação nacional, atendendo a clientes de todos os portes em todos os setores da economia.

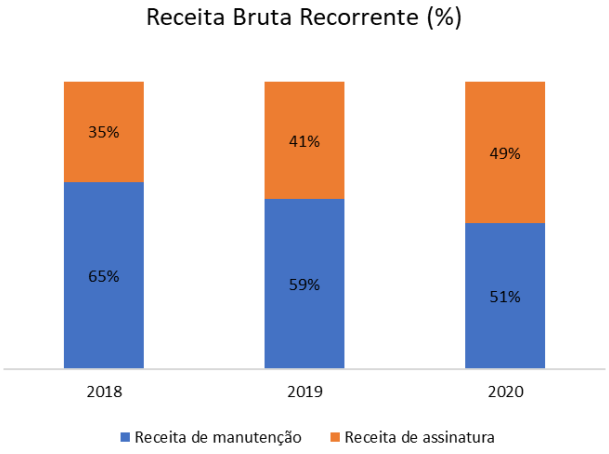
Com o compromisso de oferecer uma solução de tecnologia para gestão de RH completa, integrada, inovadora e segura, adquirimos em 2015 a W3net, líder em sistemas de gestão de talentos em nuvem e, em 2016, a E-guru, líder nacional em games corporativos. Lançamos em 2017 nossa suíte Gen.te nuvem, 100% cloud e, em 2019, reforçando nosso compromisso em garantir a segurança da informação de nossos clientes, conquistamos a certificação ISO 27001, referência internacional em segurança da informação.

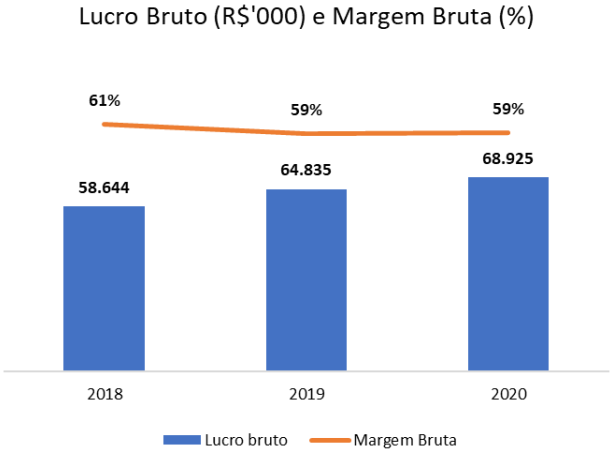
DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

As principais fontes de receita da Companhia são de natureza recorrente e derivadas de assinaturas (SaaS) e manutenções (*On Premises*), da execução de serviços de implantação e consultoria eventual (Serviços), ficando o restante dividido entre licenças de uso, *set up* e *upgrades*, assim apresentados nos últimos 3 exercícios:









Apesar de um 2020 desafiador para as empresas por conta dos efeitos da pandemia na economia, nós conseguimos crescer 6% a receita no ano, mantendo níveis saudáveis e estáveis de margem bruta, comprovando a resiliência do nosso modelo de negócio e a importância de nossa tecnologia para nossos clientes. Outro movimento que merece destaque é o crescimento da relevância da receita recorrente ao longo dos últimos 3 anos que passou de 57% em 2018 para 66% da receita total em 2020, acompanhado do aumento da relevância da receita de assinatura (SaaS) no total de receita recorrente no mesmo período, que passou de 35% em 2018 para 49% em 2020. Esse movimento demonstra o

sucesso que temos tido na execução de nossa estratégia de migração da tecnologia cliente-servidor (On Premisses) para nuvem (SaaS).

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Investimos constantemente para acompanhar e capitanear o avanço do setor em que atua e se preocupa sempre em oferecer o melhor em tecnologia para RH. Nossos investimentos em P&D estão atualmente focados das seguintes frentes:

- ✓ Novos produtos: foco em diversificar e ampliar a presença da LG no ecossistema de RH das empresas;
- ✓ Normativos legais: atender a Lei Geral de Proteção de Dados, E-social e outras demandas legais;
- ✓ Gaps de mercado: disponibilizar novos conceitos que são encontrados em RFPs;
- ✓ Reestilização de interfaces, melhorias de usabilidade e responsividade;
- ✓ Integrações entre produtos (próprios e de parceiros).

RECURSOS HUMANOS

Reconhecemos que o crescimento de qualquer organização é consequência do crescimento de suas pessoas e genuinamente traçamos nossas estratégias pautados pelo comportamento ético e humanizado.

A fim de sustentar e potencializar nosso capital humano, a área Gente e Gestão tem como missão promover um clima de trabalho que vise o bem-estar em alinhamento com a superação de desafios, trazendo consonância entre expectativas pessoais, profissionais e organizacionais. Para isso, trabalhamos o desenvolvimento individual e em equipe através de ações como o desenvolvimento de trilhas de aprendizagem construídas pela nossa própria Academia LG, investimento no Programa de Incentivo à Educação (PIED), programas de desenvolvimento de lideranças, entre outras.

Estão em nossa cultura o respeito à diversidade, a transparência na comunicação e a hospitalidade ao novo. Através de nossas ações e iniciativas, imprimimos as marcas dos nossos valores, desenvolvendo pessoas com propósito de desenvolver soluções humanas e inovadoras.

ESTRUTURA DIRETIVA E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2020 concluímos a transição da presidência da empresa. Com isso, Daniela Mendonça, depois de mais de 30 anos de LG, deixou o cargo de Presidente e passou a atuar no Conselho de Administração da Companhia, e Felipe Azevedo, até então Vice-Presidente, assumiu a Presidência, tendo Marcello Porto, até então Diretor de Produtos, como Vice-Presidente.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Mesmo com os desafios impostos pela pandemia, 2020 foi um ano de muitas conquistas para a LG.

Dentre as novidades apresentadas ao mercado em 2020, podemos citar o lançamento do app Gen.te Desafia, que mescla gamificação e tecnologia para ajudar na conscientização de assuntos estratégicos nas empresas, de nossa solução de chatbot baseada em inteligência artificial, a LiGia bot, e do auto atendimento para Android Watch (já tínhamos para iOS). Além disso, entregamos em tempo recorde as adequações em nossos sistemas para atender às diversas Medidas Provisórias (MPs) emitidas pelo Governo Federal. Nossos clientes, mais uma vez, puderam contar com nossa agilidade ao disponibilizar funcionalidades e parametrizações tão necessárias naquele cenário crítico.

Encerramos o ano de 2020 conquistando a recertificação ISO 27001, que atesta nosso Sistema de Segurança da Informação, e com um novo planejamento estratégico desenhado, para os próximos 4 anos.

Para 2021 temos importantes desafios tais como: aumentar ainda mais nossa participação nos mercados SME (empresas de 1000 a 5000 colaboradores) e Enterprise (empresas acima de 5000 colaboradores), dedicar esforços para desenvolvimento do mercado SMB (empresas de 100 a 1000 colaboradores), em que temos um grande potencial de crescimento entre outros.

Continuamos compromissados com o sucesso de nossos clientes e focados na compreensão continua de suas necessidades, provendo soluções em nuvem que otimizem seus processos de gestão de pessoas. Tudo isso priorizando a produtividade, a experiência dos colaboradores e a humanização nas relações.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM No. 480, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”), emitido em 05 de fevereiro de 2021, e com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM no 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de

serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a EY prestou outros serviços adicionais, que não afetaram a independência, relacionados à revisão tributária da ECF no montante de R$ 20 mil e revisão de controles sobre ISAE 3402 no montante de R$ 92 mil, que ultrapassaram 5% dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A EY declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram para o sucesso da LG em 2020, em especial aos nossos clientes, parceiros e acionistas.

Aparecida de Goiânia, 05 de fevereiro de 2021.

A Diretoria

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM No. 480, os Diretores da LG Informática S.A. declaram que reviram, discutiram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Aparecida de Goiânia, 05 de fevereiro de 2021.

THOMAS CHRISTOPH KHALIL:40989732860
Assinado de forma digital por THOMAS CHRISTOPH KHALIL:40989732860
Dados: 2021.02.05 18:54:36 -03'00'

Thomas Christoph Khalil
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

FELIPE VIEIRALVES AZEVEDO:21999294858
Assinado de forma digital por FELIPE VIEIRALVES AZEVEDO:21999294858
Dados: 2021.02.05 18:56:27 -03'00'

Felipe Vieiralves Azevedo
Diretor Presidente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da LG Informática S.A., declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Aparecida de Goiânia, 05 de fevereiro de 2021.

THOMAS CHRISTOPH KHALIL:40989732860
Assinado de forma digital por THOMAS CHRISTOPH KHALIL:40989732860
Dados: 2021.02.05 18:55:13 -03'00'

Thomas Christoph Khalil
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

FELIPE VIEIRALVES AZEVEDO:21999294858
Assinado de forma digital por FELIPE VIEIRALVES AZEVEDO:21999294858
Dados: 2021.02.05 18:55:55 -03'00'

Felipe Vieiralves Azevedo
Diretor Presidente

Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, esq. com T-30, 930 –
11º andar – salas 1110 a 1115 – Setor
Bueno 74215-070 - Goiânia, GO, Brasil
T el: +55 (62) 3605-1100
www.ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Administradores e Conselheiros da
LG Informática S.A.
Aparecida de Goiânia - Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da LG Informática S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.1 e 20 às demonstrações contábeis, a Companhia reconhece receita de vendas quando o controle sobre os serviços é transferido para os clientes e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação dos serviços.

A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho requer análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso de julgamento profissional por parte da administração, o que pode levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor de receita e em momento incorreto.

Consideramos este assunto significativo para nossa auditoria devido à magnitude dos montantes relacionados, da sensibilidade dos dados e informações relacionadas, que determinam o momento em que a Companhia satisfaz a obrigação de performance dos contratos com os clientes, bem como asseguram que todos os serviços prestados tenham sido mensurados corretamente e registrados dentro do período contábil adequado após o aceite dos clientes e que podem impactar os valores das contas a receber e receitas relacionados nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) o entendimento do processo de faturamento e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas com prestação de serviços e das respectivas contas a receber; (ii) seleção em base amostral, de transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se as receitas provenientes dessas vendas foram reconhecidas no adequado exercício de competência, considerando o período de ocorrência da prestação do serviço; e (iii) comparamos, em base de testes, os lançamentos contábeis de receitas com prestação de serviços com os contratos de clientes, notas fiscais emitidas e a efetiva prestação do serviço, bem como verificamos a liquidação financeira da transação.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios utilizados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Building a better working world

Recuperabilidade de ágios

A Companhia realizou aquisições de empresas em anos anteriores que resultaram no reconhecimento de ágios e que representam valores significativos em suas demonstrações contábeis, conforme divulgado nas notas explicativas 3.9 e 9. O valor recuperável desses ágios, por possuírem vida útil indefinida, é testado pelo menos anualmente pela Companhia para verificar se o valor recuperável é superior ao valor contábil. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Distorções na determinação do valor recuperável do ágio podem resultar em impacto relevante nas demonstrações contábeis. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos relacionados à avaliação do valor recuperável dos ágios incluíram, entre outros, (i) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de avaliação do valor recuperável dos ágios; (ii) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto, resultados projetados e margem de lucro comparando com informações macroeconômicas; (iii) comparação do valor recuperável apurado, com base nos fluxos de caixa descontados, com os respectivos valores contábeis dos ágios; e (iv) análise da adequação das respectivas divulgações da Companhia das premissas consideradas nos cálculos de recuperabilidade dos ágios e os montantes envolvidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.9 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Capitalização de custos de desenvolvimento de software

A Companhia realiza o desenvolvimento de produtos novos ou substancialmente aprimorados para os seus clientes atuais e novos clientes potenciais. Os gastos com mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis ao desenvolvimento desses produtos são capitalizados como um intangível pela Companhia, conforme notas explicativas 3.9 e 9.

A capitalização é realizada pela Companhia somente quando todos os elementos, definidos pelas práticas contábeis do Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) estiverem presentes, e sua amortização é reconhecida de acordo com a vida útil estimada.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao grau de julgamento envolvido na determinação da vida útil, e dos gastos que serão capitalizados pela Companhia, que deverá demonstrar que os critérios estabelecidos para capitalização de custos de desenvolvimentos de software foram atendidos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, (i) o entendimento dos controles internos chaves implementados pela Companhia relacionados ao processo de capitalização de custos de desenvolvimento de software; (ii) seleção de uma amostra de projetos para verificação da sua viabilidade técnica, avaliação da intenção da Companhia com o ativo (venda ou uso) e sua viabilidade financeira, além da realização de indagações e entrevistas com os responsáveis dos projetos capitalizados para entendimento da viabilidade técnica; (iii) realização de testes documentais, por meio dos quais analisamos os débitos de horas dos profissionais e sua relação com os projetos que estão sendo capitalizados, além de obter evidências que corroborassem se as atividades exercidas pelo funcionário nesses projetos eram consistentes com os critérios para capitalização; (iv) entendimento das principais premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos intangíveis de desenvolvimento de software; e (v) recálculo da despesa de amortização de ativos intangíveis de desenvolvimento de software reconhecida durante o exercício. Como resultado dos procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da despesa com amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento de software, sendo este ajuste registrado pela Companhia tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas da Companhia de capitalização de custos de desenvolvimento de software e sua amortização, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.9 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 04 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Building a better working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 05 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-T

LG Informática S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	**14.587**	9.600	9.182	**14.590**	9.604	9.188
Contas a receber	5	**20.396**	23.431	25.103	**20.396**	23.431	25.103
Tributos a recuperar	6	**2.428**	1.655	1.032	**2.428**	1.655	1.032
Outros ativos		**2.586**	1.928	1.179	**2.586**	1.928	1.179
Total do ativo circulante		**39.997**	36.614	36.496	**40.000**	36.618	36.502
Não circulante							
Contas a receber	5	**229**	307	-	**229**	307	-
Investimentos	7	**3**	4	6	**-**	-	-
Imobilizado	8	**3.552**	3.902	2.632	**3.552**	3.902	2.632
Ativo de direito de uso	15	**10.313**	11.097	-	**10.313**	11.097	-
Intangível	9	**100.615**	97.715	93.960	**100.615**	97.715	93.960
Total do ativo não circulante		**114.712**	113.025	96.598	**114.709**	113.021	96.592
Total do ativo		**154.709**	149.639	133.094	**154.709**	149.639	133.094

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Passivo							
Circulante							
Obrigações sociais e trabalhistas	10	**11.590**	8.102	7.525	**11.590**	8.102	7.525
Fornecedores	11	**4.554**	4.442	4.179	**4.554**	4.442	4.179
Empréstimos e financiamentos	12	**-**	40	2.420	**-**	40	2.420
Passivo de arrendamento	15	**2.504**	2.495	-	**2.504**	2.495	-
Tributos a recolher	13	**2.216**	2.503	2.454	**2.216**	2.503	2.454
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		**-**	-	6.857	**-**	-	6.857
Receitas diferidas	14	**12.702**	9.747	8.747	**12.702**	9.747	8.747
Outros passivos		**270**	280	215	**270**	280	215
Total do passivo circulante		**33.836**	27.609	32.397	**33.836**	27.609	32.397
Não circulante							
Obrigações sociais e trabalhistas	10	**-**	1.556	996	**-**	1.556	996
Empréstimos e financiamentos	12	**-**	-	40	**-**	-	40
Passivo de arrendamento	15	**8.434**	9.159	-	**8.434**	9.159	-
Provisões para demandas judiciais	16	**12**	646	504	**12**	646	504
Tributos diferidos	17	**18.777**	16.437	14.070	**18.777**	16.437	14.070
Outros passivos		**-**	-	402	**-**	-	402
Total do passivo não circulante		**27.223**	27.798	16.012	**27.223**	27.798	16.012
Capital social	18(a)	**69.585**	69.585	69.585	**69.585**	69.585	69.585
Reserva de capital	18(c)	**(1.767)**	(1.767)	(1.767)	**(1.767)**	(1.767)	(1.767)
Reserva legal	18(b)	**4.350**	3.649	2.972	**4.350**	3.649	2.972
Reserva de lucros		**21.482**	22.765	13.895	**21.482**	22.765	13.895
Total do patrimônio líquido		**93.650**	94.232	84.685	**93.650**	94.232	84.685
Total do passivo e patrimônio líquido		**154.709**	149.639	133.094	**154.709**	149.639	133.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

LG Informática S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro por ação, expresso em Reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receita operacional líquida	20	**116.215**	109.473	90.889	**116.215**	109.473	95.427
Custo dos serviços prestados	21	**(47.290)**	(44.638)	(34.352)	**(47.290)**	(44.638)	(36.783)
Lucro bruto		**68.925**	64.835	56.537	**68.925**	64.835	58.644
Despesas com vendas	21	**(15.634)**	(14.755)	(12.397)	**(15.634)**	(14.756)	(13.101)
Despesas gerais e administrativas	21	**(22.298)**	(22.991)	(19.804)	**(22.298)**	(22.992)	(20.469)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	21	**(10.188)**	(8.059)	(6.294)	**(10.188)**	(8.059)	(6.821)
Resultado de equivalência patrimonial	7	**(1)**	(2)	(190)	**-**	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**(193)**	(321)	42	**(193)**	(320)	181
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		**20.611**	18.707	17.894	**20.612**	18.708	18.434
Receitas financeiras	22	**524**	870	427	**524**	871	475
Despesas financeiras	22	**(1.219)**	(1.247)	(688)	**(1.220)**	(1.249)	(763)
Resultado financeiro líquido		**(695)**	(377)	(261)	**(696)**	(378)	(288)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**19.916**	18.330	17.633	**19.916**	18.330	18.146
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	17	**(3.547)**	(2.420)	(1.528)	**(3.547)**	(2.420)	(1.832)
Diferido	17	**(2.340)**	(2.367)	(3.375)	**(2.340)**	(2.367)	(3.584)
Lucro líquido do exercício		**14.029**	13.543	12.730	**14.029**	13.543	12.730
Lucro por ação							
Lucro básico e diluído por ação – R$	19	**1,8716**	1,8068	2,1537			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

LG Informática S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro líquido do exercício	**14.029**	13.543	12.730	**14.029**	13.543	12.730
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**14.029**	13.543	12.730	**14.029**	13.543	12.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

LG Informática S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	46.982	(1.767)	2.335	27.468	-	75.018	387	75.405
Aumentos de capital	22.603	-	-	(22.312)	-	291	(291)	-
Movimentação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(96)	(96)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.730	12.730	-	12.730
Destinações:								
Constituição reserva legal	-	-	637	-	(637)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(3.354)	(3.354)	-	(3.354)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	8.739	(8.739)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	69.585	(1.767)	2.972	13.895	-	84.685	-	84.685
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.543	13.543	-	13.543
Destinações:								
Constituição reserva legal	-	-	677	-	(677)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(3.996)	(3.996)	-	(3.996)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	8.870	(8.870)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	69.585	(1.767)	3.649	22.765	-	94.232	-	94.232
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.029**	**14.029**	**-**	**14.029**
Destinações:								
Constituição reserva legal	**-**	**-**	**701**	**-**	**(701)**	**-**	**-**	**-**
Dividendos distribuídos – reserva de lucros	**-**	**-**	**-**	**(10.000)**	**-**	**(10.000)**	**-**	**(10.000)**
Dividendos distribuídos	**-**	**-**	**-**		**(4.611)**	**(4.611)**	**-**	**(4.611)**
Constituição de reserva de lucros	**-**	**-**	**-**	**8.717**	**(8.717)**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**69.585**	**(1.767)**	**4.350**	**21.482**	**-**	**93.650**	**-**	**93.650**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

LG Informática S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**19.916**	18.330	17.633	**19.916**	18.330	18.146
Ajustes para reconciliação do resultado líquido:						
Depreciação e amortização	**6.015**	4.917	2.382	**6.015**	4.917	2.396
Baixa de intangível	**-**	1.115	452	**-**	1.115	452
Baixa de ativo imobilizado	**-**	4	160	**-**	4	160
Resultado de equivalência patrimonial	**1**	2	190	**-**	-	-
Provisão (reversão) para perdas em contas a receber	**556**	(9)	(57)	**556**	(9)	(57)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	**(266)**	387	(130)	**(266)**	387	(130)
Provisão de juros	**461**	-	306	**461**	-	306
Juros de passivo de arrendamento	**594**	843	-	**594**	843	-
Provisão para participação nos resultados	**1.306**	919	898	**1.306**	919	898
Programa de incentivo de longo prazo	**357**	560	157	**357**	560	157
Variações nos ativos e passivos:						
Contas a receber	**2.557**	1.374	(8.649)	**2.557**	1.374	(8.281)
Tributos a recuperar	**(773)**	(623)	1.587	**(773)**	(623)	1.546
Outros ativos	**(658)**	(748)	312	**(657)**	(748)	829
Fornecedores	**112**	263	(820)	**112**	263	(1.016)
Salários e encargos	**269**	(342)	763	**269**	(342)	476
Tributos a recolher	**(148)**	853	(682)	**(148)**	853	(1.101)
Receita diferida	**2.955**	1.000	908	**2.955**	1.000	1.414
Outros passivos	**(11)**	(338)	(1.227)	**(12)**	(338)	(2.700)
Pagamento de demandas judiciais	**(368)**	(245)	-	**(368)**	(245)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(3.686)**	(3.224)	-	**(3.686)**	(3.224)	(191)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**29.189**	25.038	14.183	**29.188**	25.036	13.304
Atividades de investimentos						
Aquisição de ativo imobilizado	**(544)**	(1.558)	(1.021)	**(544)**	(1.558)	(1.054)
Aquisição de intangível	**(5.918)**	(7.473)	(7.402)	**(5.918)**	(7.473)	(8.241)
Caixa proveniente da incorporação	**-**	-	557	**-**	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(6.462)**	(9.031)	(7.866)	**(6.462)**	(9.031)	(9.295)
Atividades de financiamentos						
Captação de empréstimos e financiamentos	**15.000**	-	1.942	**15.000**	-	1.942
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(15.040)**	(2.319)	(1.476)	**(15.040)**	(2.319)	(1.583)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(2.628)**	(2.316)	-	**(2.628)**	(2.316)	-
Juros pagos	**(461)**	(101)	(31)	**(461)**	(101)	(31)
Juros sobre dividendos	**-**	(1.497)	-	**-**	(1.497)	-
Aumento de capital	**-**	-	291	**-**	-	291
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(14.611)**	(9.356)	(2.034)	**(14.611)**	(9.356)	(2.126)
Movimentação de não controladores	**-**	-	-	**-**	-	(387)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(17.740)**	(15.589)	(1.308)	**(17.740)**	(15.589)	(1.894)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**4.987**	418	5.009	**4.986**	416	2.115
Caixa e equivalentes de caixa:						
No início do exercício	**9.600**	9.182	4.173	**9.604**	9.188	7.073
No final do exercício	**14.587**	9.600	9.182	**14.590**	9.604	9.188
Transações que não afetaram caixa						
Direto de uso	**1.319**	13.127	-	**1.319**	13.127	-
Passivo de arrendamento	**(1.319)**	(13.127)	-	**(1.319)**	(13.127)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

LG Informática S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Receitas						
Venda bruta de serviços	**129.765**	122.215	102.028	**129.765**	122.215	107.052
Outras receitas	**27**	40	40	**27**	40	40
Provisão para perda de crédito esperadas	**(556)**	9	55	**(556)**	9	55
	129.236	122.264	102.123	**129.236**	122.264	107.147
Insumo adquirido de terceiros						
Custo dos serviços prestados	**(24.995)**	(24.100)	(19.789)	**(24.995)**	(24.100)	(20.387)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	**(5.751)**	(7.064)	(5.493)	**(5.750)**	(7.064)	(5.630)
	(30.746)	(31.164)	(25.282)	**(30.745)**	(31.164)	(26.017)
Valor adicionado bruto	**98.490**	91.100	76.841	**98.491**	91.100	81.130
Depreciação e amortização	**(6.015)**	(4.917)	(2.382)	**(6.015)**	(4.917)	(2.396)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**92.475**	86.183	74.459	**92.476**	86.183	78.734
Valor adicionado recebido por transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	**(1)**	(2)	(190)	**-**	-	-
Receita financeira	**524**	870	427	**524**	871	475
	523	868	237	**524**	871	475
Valor adicionado total a distribuir	**92.998**	87.051	74.696	**93.000**	87.054	79.209
Distribuição de valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	**(47.470)**	(43.755)	(36.870)	**(47.470)**	(43.755)	(39.480)
Benefícios	**(5.035)**	(4.885)	(4.294)	**(5.035)**	(4.885)	(4.624)
FGTS	**(3.275)**	(3.518)	(2.656)	**(3.275)**	(3.518)	(2.833)
	(55.780)	(52.158)	(43.820)	**(55.780)**	(52.158)	(46.937)
Impostos, taxas e contribuições						
Federal	**(19.134)**	(17.602)	(15.432)	**(19.134)**	(17.603)	(16.622)
Municipal	**(2.836)**	(2.501)	(2.026)	**(2.836)**	(2.501)	(2.157)
	(21.970)	(20.103)	(17.458)	**(21.970)**	(20.104)	(18.779)
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros	**(1.219)**	(1.247)	(688)	**(1.221)**	(1.249)	(763)
	(1.219)	(1.247)	(688)	**(1.221)**	(1.249)	(763)
Remuneração de capitais próprios						
Dividendos	**(14.611)**	(3.996)	(3.354)	**(14.611)**	(3.996)	(3.354)
Lucros retidos	**582**	(9.547)	(9.376)	**582**	(9.547)	(9.376)
	(14.029)	(13.543)	(12.730)	**(14.029)**	(13.543)	(12.730)
Valor adicionado distribuído	**(92.998)**	(87.051)	(74.696)	**(93.000)**	(87.054)	(79.209)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A LG Informática S.A. ("LG" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 08 de agosto de 1985, com sede na Primeira Avenida, Qd. 1-B, Lt. 31 - Condomínio Cidade Empresarial, na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, possui também 5 filiais nas cidades de Belo Horizonte - MG, Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP, Curitiba - PR e Recife - PE.

A LG possui dois sistemas robustos e bem difundidos no mercado para gestão de capital humano, a suíte em nuvem "Gen.Te" e a suíte desktop FPW. As soluções da LG auxiliam os departamentos de RH de todo o Brasil, da captação de recursos humanos até a visualização em nível gerencial dos impactos positivos e negativos de cada recurso na esfera empresarial.

A Companhia é conhecida como "LG Lugar de Gente", e tem como atividade o desenvolvimento e a comercialização de software que auxilia na gestão de recursos humanos, bem como a prestação de serviços de implementação, consultoria, suporte e manutenção, a eles relacionados.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as demonstrações contábeis consolidadas da LG abrangem a Companhia e sua controlada a seguir relacionada:

		% de participação		
Empresa	**Sede**	**2020**	**2019**	**2018**
Bandeirantes Participações Ltda. ("Bandeirantes")	GO	99,99	99,99	99,99

A referida controlada não possui operação.

Eventos societários ocorridos em 2018

Em 30 de abril de 2018, a assembleia geral extraordinária de acionistas aprovou a incorporação da controlada W3 Informática Ltda. ("W3") e da E-guru Serviços em Tecnologia Ltda. ("E-guru") pela Companhia. O laudo de avaliação contábil que apurou o acervo patrimonial líquido incorporado, foi datado de 30 de abril de 2018 e teve por base o balanço patrimonial de 30 de abril de 2018. As atividades operacionais anteriormente exercidas pela W3 e E-guru passaram a ser desempenhadas pela sociedade incorporadora, LG.

Os saldos contábeis de 30 de abril de 2018 que foram reconhecidos pela Companhia são os apresentados a seguir, ajustados com registros após o laudo de incorporação para adequação:

Ativos	**W3**	**E-guru**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	84	473
Contas a receber	570	1.365
Tributos a recuperar	623	96
Outras contas a receber	1.101	8
Total do ativo circulante	2.378	1.942
Não circulante		
Tributos diferidos	-	-
Imobilizado	108	41
Intangível	13.889	471
Total do ativo não circulante	13.997	512
Total do ativo	16.375	2.454

Passivos	**W3**	**E-guru**
Circulante		
Salários e encargos trabalhistas	720	481
Fornecedores	208	166
Tributos a recolher	234	303
Adiantamento de clientes	534	10
Total do passivo circulante	1.696	960
Não circulante		
Dividendos a pagar	508	506
Outras contas a pagar	750	-
Total do passivo não circulante	1.258	506
Patrimônio líquido		
Capital social	12.948	1.477
Lucros (prejuízos) acumulados	473	(489)
Total do patrimônio líquido das incorporadas	13.421	988
Total do passivo e patrimônio líquido	16.375	2.454

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia através de assembleia geral extraordinária aprovou as incorporações das *holdings* investidoras, AD Participações e Investimentos Ltda. ("AD"), Eduardo e Mônica Cunha Participações e Investimentos Ltda. ("Eduardo e Mônica") e Figueiredo Teixeira Participações e Investimentos Ltda. ("Figueiredo"), mediante a versão do patrimônio líquido das sociedades incorporadas à Companhia, nos termos do protocolo de incorporação, com a consequente extinção das sociedades incorporadas, passando a Companhia a suceder as sociedades incorporadas a título universal, sem qualquer solução de continuidade, e sem gerar qualquer aumento ou alteração no valor do capital social da Companhia, nos termos do protocolo de incorporação.

Ativos	**AD**	**Eduardo e Mônica**	**Figueiredo**
Circulante			
Outros ativos	1	1	1
Total do ativo circulante	1	1	1
Não circulante			
Investimentos	20.091	20.091	20.091
Total do ativo não circulante	20.091	20.091	20.091
Total do ativo	20.092	20.092	20.092
Passivos			
Patrimônio líquido			
Capital social	1.162	1.162	1.162
Reserva de capital	18.930	18.930	18.930
Total do passivo e patrimônio líquido	20.092	20.092	20.092

COVID-19

Em razão da pandemia causado pelo COVID-19 a Companhia teve que reavaliar o orçamento de 2020, visto a baixa expectativa de fechamento de novos negócios. Por ser considerado um serviço essencial na pandemia, inclusive atendendo os clientes para atendimentos aos decretos federais relativo à jornada de trabalho e outros, as receitas recorrentes não foram impactadas, e não houve a necessidade de redução no quadro de colaboradores. As medidas adotadas pela LG, tais como: (i) trabalho em regime home office, com aproximadamente 99% dos colaboradores nesse regime desde março de 2020 até o momento da emissão dessas demonstrações contábeis; (ii) flexibilização de horário para os colaborados que não puderam adotar o regime home office; (iii) adiamento e/ou cancelamento dos eventos internos e externos; (iv) cancelamento de viagens; e (v) reuniões somente em ambientes virtuais, foi fundamental para prevenir a saúde de seus colaboradores, onde poucos colaboradores testaram positivo (aproximadamente 50 de um total de 500). Até o momento não se tem conhecimento de casos graves e/ou óbitos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas pela Administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

b) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

c) Data de aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2021.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pela norma contábil.

f) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de

relatório financeiro (IFRS), requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão descritas abaixo:

Provisão para perda de crédito esperada

A Companhia utiliza uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pela LG para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Vida útil do ativo intangível e teste de redução ao valor recuperável

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada do respectivo ativo intangível. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio decorrente de aquisição, não é amortizado e é testado ao menos anualmente para verificar perdas por redução ao valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 9.

Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Resumo das principais políticas contábeis

A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

3.1. Reconhecimento de receita

A Companhia aufere receitas de software, compreendendo taxas de licenciamento, serviços mensais de “manutenções e assinaturas” de softwares, e receitas de serviços, incluindo implementação, customização e consultoria. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

As receitas de software e serviços são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

i) Manutenção e assinaturas: São receitas recorrentes oriundas de: (1) receitas relacionadas a serviços de fornecimento do direito de uso ao cliente do software numa infraestrutura baseada em nuvem fornecido pela Companhia, ou ainda baseada na própria infraestrutura interna do cliente, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software ou utilizá-lo em sua infraestrutura de TI ou de um terceiro; e (2) receitas relacionadas a suporte tecnológico, “help desk”, serviço de hospedagem de “software”, pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Receitas de manutenções e assinaturas mensais não são reembolsáveis e são faturadas e pagas mensalmente. Essas receitas são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.

ii) Receitas de serviços, licenças, *set up* e *upgrade*: São consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implantação, incluindo personalização, treinamento, licenças de uso dos “softwares” e outros serviços. Representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados e aprovados pelos clientes conforme cronograma de execução, e quando há expectativa válida de recebimento do cliente.

iii) Receita financeira: é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial.

3.2. Custo dos serviços prestados

Os custos são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte. Incluem também custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares de parceiros.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São considerados como caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4. Contas a receber

As contas a receber estão apresentadas pelo valor nominal dos títulos, deduzidos da provisão para perda de créditos esperada, que é calculada individualmente e em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

3.5. Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros

A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo

financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia e sua controlada, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado. Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamentos e outros ativos.

ii) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia mantinha somente passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados a custo amortizado compreendem: fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e outros passivos.

iii) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A cada data de apresentação das demonstrações contábeis a Administração da Companhia apura se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não financeiros (imobilizado e intangível). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Os valores recuperáveis de ágio na combinação de negócios são avaliados anualmente, independentemente da existência de indicadores de perda em seus valores recuperáveis.

Nenhuma evidência de perda por não recuperabilidade foi identificada nos ativos não financeiros.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas são as seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Categoria	Vida útil
Computadores e periféricos	5 anos
Máquinas e equipamentos e equipamentos de segurança	10 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Moveis e utensílios	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado.

3.8. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza uma média entre a sua taxa de empréstimo incremental e a Selic, na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento e são depreciados linearmente, pelo prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

3.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas

resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por não recuperabilidade do valor contábil.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais, conforme demonstrado a seguir para os exercícios de 2020, 2019 e 2018:

Categoria	Vida útil
Desenvolvimento de software	15 anos
Software/sistemas	5 anos
Outros projetos	5 anos

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos

assumidos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Intangível" e é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

3.10. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano.

3.11. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

3.13. Tributos

Impostos de renda e contribuição social

São calculados conforme a legislação vigente, com base no lucro real, considerando as adições e exclusões legais previstas.

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias tributáveis entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, inclusive aquelas decorrentes das mudanças das práticas contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

• Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
• Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

3.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.16. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

• Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
• Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
• É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

• Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
• Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
• Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
• A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante

3.17. Benefícios a empregados

Programa de incentivo de longo prazo

A Companhia outorgou um programa de incentivo de longo prazo aos certos executivos o direito a valorização de ações ("*phantom shares*"). Os direitos conferem aos beneficiários um pagamento em dinheiro após um evento de liquidez. O prêmio a ser pago é determinado com base na variação entre o preço da ação no momento inicial (valor de referência inicial) e o preço da ação no momento do evento de liquidez descrito nos contratos (valor de referência final). Os direitos devem ser exercidos em uma janela de prazo junto ao evento de liquidez, podendo ser caducados caso não sejam exercidos nessa data.

Os valores das ações serão reavaliados pela Administração anualmente pelo seu valor justo e as provisões serão complementadas ou revertidas de acordo com a valoração calculada pela Companhia.

3.18. Base de consolidação

i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos, ou tem direito sobre os,

retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre esta. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.19. Informações por segmento

A Companhia possui um único segmento operacional, que é consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, formado pelo Conselho de Administração.

3.20. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas que não entraram em vigor

Na data de elaboração das demonstrações contábeis, as seguintes normas e interpretações foram emitidas ou alteradas, porém são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023:

- Alterações ao IAS 1 - classificação de passivos como circulante ou não circulante.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido.

3.21. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2020

Na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020.

IFRIC 3/CPC 15 (R1) – Combinação de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios no IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio.

IAS 1/CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis e IAS 8/CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e Retificação de erros

Alinha a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição.

IAS 39/CPC 38 (R1) – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 / CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

Aborda sobre a reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado, que serão finalizadas em períodos futuros.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Concede ao arrendatário uma isenção de avaliar se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação do arrendamento ou não.

A Companhia não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas.

3.22. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019

Na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Arrendamentos

A nova norma substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento, e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Neste cenário, os arrendamentos contratados impactaram as informações financeiras conforme segue:

- Reconhecimento de ativos de direto de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial individual e consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração individual e consolidada do resultado.

Arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo CPC 06(R2) / IFRS 16. A Companhia adotou o expediente prático, que permite não separar componentes de não arrendamento existentes em contratos que também possuam componentes de arrendamento e, em vez disso, contabilizou-os conjuntamente como um único componente dentro do escopo do novo pronunciamento.

No processo de transição, optou-se por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Consequentemente, as novas definições de arrendamento contidas na IFRS 16 foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle, onde a IFRS 16 determina que a avaliação se um contrato contém um arrendamento deve ser realizada com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, efetuou a identificação dos contratos, avaliando se estes, contêm ou não arrendamento de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a carteira de ativos arrendados. Através desta metodologia a Companhia utilizou uma taxa média ponderada de 8,04% a.a.;
- Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma;

- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso e;
- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo de arrendamento, naqueles casos onde o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

Em decorrência dos fatos acima, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) e IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, considerando o método retrospectivo modificado e sem ajustar os valores correspondentes de exercícios anteriores e reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de R$ 11.013 em 1º de janeiro de 2019, conforme demonstrado na Nota 15.

ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A instrução ICPC 22 (IFRIC 23) descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e
- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda: - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente. Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e procedentes de tribunais administrativos e judiciais.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do ICPC 22 (IFRIC 23) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações contábeis, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

3.23. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2018

Na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo

CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida, substituindo o CPC 30 (R1) – Receitas e CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. Os clientes obtêm o controle de produtos quando os produtos são entregues e aceitos em suas instalações. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, as receitas passam a ser reconhecidas quando os clientes obtêm o controle dos produtos e todas as obrigações contratuais são cumpridas pela Companhia.

As receitas de manutenção são reconhecidas mensalmente após a aquisição e implantação do software no cliente, conforme o respectivo contrato. As obrigações por desempenho dessas receitas são as atualizações sistêmicas, o suporte técnico disponível aos clientes para auxílio nas execuções das atividades nos sistemas e os backups de banco de dados que são realizados diariamente pela LG.

As receitas de serviços de implementação, customizações e consultorias são reconhecidas quando das entregas das etapas dos projetos e/ou dos apontamentos das horas trabalhadas que são validadas pelo cliente antes do seu reconhecimento contábil.

Considerando que a Companhia já adotava como política contábil o reconhecimento da receita conforme descrito acima, nenhum impacto foi identificado no reconhecimento da receita com a adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

No CPC 48 / IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender à condição de ser mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber juros e fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros são mensurados a valor justo por meio do resultado abrangente se é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Os demais ativos financeiros são mensurados a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia, que em 31 de dezembro de 2017 eram classificados como “Empréstimos e recebíveis” e

"Outros passivos financeiros", passaram a ser classificados como mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 / IFRS 9 também substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 por um modelo de "perda de crédito esperada". A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber com base nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo e revisa esta matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Considerando o novo critério de estimativa de perdas futuras esperadas, a Companhia não identificou ajustes relevantes considerando o perfil de risco de seus clientes (contraparte) e o giro de curto prazo de seus recebíveis. A mensuração da provisão para perda é em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo.

A Companhia não identificou efeitos materiais da adoção do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Caixa	**131**	48	6	**132**	49	7
Bancos conta movimento	**4.278**	2.696	2.368	**4.280**	2.699	2.373
Aplicações financeiras de liquidez imediata	**10.178**	6.856	6.808	**10.178**	6.856	6.808
Total	**14.587**	9.600	9.182	**14.590**	9.604	9.188

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em certificados de depósito bancário, com liquidez imediata, estando sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, sendo consideradas, portanto, como equivalentes de caixa. A rentabilidade obtida durante o exercício de 2020 se aproximou de 102% (102% em 2019 e 2018) da variação plena do certificado de depósito interfinanceiro (CDI).

5. Contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Contas a receber de clientes faturados	**22.432**	21.501	26.502	**22.432**	21.501	26.502
Contas a receber de clientes a faturar	**1.613**	5.101	1.474	**1.613**	5.101	1.474
(-) Provisão para perda de crédito esperada	**(3.420)**	(2.864)	(2.873)	**(3.420)**	(2.864)	(2.873)
Total	**20.625**	23.738	25.103	**20.625**	23.738	25.103
Circulante	**20.396**	23.431	25.103	**20.396**	23.431	25.103
Não circulante	**229**	307	-	**229**	307	-

O saldo das contas a receber está representado pelos valores em aberto dos clientes provenientes dos serviços prestados, manutenção e assinaturas dos softwares.

A Companhia registra uma provisão para perda de crédito esperada que representa sua melhor estimativa das perdas esperadas.

A composição por vencimento dos recebíveis em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era a seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
A vencer	**19.670**	22.039	19.521	**19.670**	22.039	19.521
Vencidos entre 0 e 30 dias	**238**	459	2.863	**238**	459	2.863
Vencidos entre 31 e 60 dias	**164**	494	445	**164**	494	445
Vencidos entre 61 e 90 dias	**94**	172	582	**94**	172	582
Vencidos entre 91 e 180 dias	**209**	233	798	**209**	233	798
Vencidos entre 181 e 360 dias	**323**	133	867	**323**	133	867
Vencidos acima de 360 dias	**3.347**	3.072	2.900	**3.347**	3.072	2.900
Total	**24.045**	26.602	27.976	**24.045**	26.602	27.976

A Companhia possui provisões para perda de crédito esperada levando em consideração o histórico individual do cliente, seu perfil, a situação financeira, para cada faixa de vencimento, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$3.420 (R$2.864 em 31 de dezembro de 2019 e R$2.873 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia entende que a provisão é suficiente para cobrir eventuais perdas.

A seguir, apresentamos a movimentação da provisão para perda de crédito esperada:

	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.861)	(2.930)
(+) Incorporação controladas	(69)	-
(+) Provisão/reversão	57	57
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.873)	(2.873)
(+) Provisão/reversão	9	9
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.864)	(2.864)
(+) Provisão/reversão	**(556)**	**(556)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(3.420)**	**(3.420)**

6. Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Imposto de renda a recuperar (a)	**1.547**	976	546	**1.547**	976	546
CSLL a recuperar (a)	**881**	679	486	**881**	679	486
Total	**2.428**	1.655	1.032	**2.428**	1.655	1.032

(a) Referem-se aos créditos de imposto de renda e contribuição social retidos na fonte do ano corrente e de anos anteriores, créditos de imposto de renda e contribuição social a compensar do ano corrente e exercícios anteriores, bem como pagamentos de imposto de renda e contribuição social realizados a maior.

7. Investimentos em controladas

Os detalhes do investimento em controlada estão a seguir apresentados:

	Controladora		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Investimentos em controlada	**3**	4	6

A movimentação dos investimentos em controladas está assim demonstrado:

Descrição	Participação	Saldo 2019	Equivalência patrimonial	Saldo 2020
Bandeirantes	100%	4	**(1)**	**3**

Descrição	Participação	Saldo 2018	Equivalência patrimonial	Saldo 2019
Bandeirantes	100%	6	(2)	4

Descrição	Participação	Saldo 2017	Equivalência patrimonial	Incorporações W3 e E-guru	Saldo 2018
W3	100%	13.483	236	(13.719)	-
E-guru	75%	12.928	(425)	(12.503)	-
Bandeirantes	100%	7	(1)	-	6
		26.418	(190)	(26.222)	6

Informações sobre as controladas:

Em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Participação	PL investida	Ativo	Passivo	Receita	Resultado exercício
Bandeirantes	100%	**3**	**3**	**-**	**-**	**(1)**

Em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Participação	PL investida	Ativo	Passivo	Receita	Resultado exercício
Bandeirantes	100%	4	4	-	-	(2)

Em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	Participação	PL investida	Ativo	Passivo	Receita	Resultado exercício
W3 (*)	100%	13.421	16.374	2.953	3.403	236
E-guru (*)	75%	988	2.453	1.465	1.622	(566)
Bandeirantes	100%	6	6	-	-	(1)
		14.415	18.833	4.418	5.025	(331)

(*) informações da data de incorporação das controladas em 30 de abril de 2018, com ajustes contábeis.

8. Imobilizado

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Computadores e periféricos	**4.793**	4.299	3.382
Máquinas e equipamentos	**471**	460	351
Veículos	**462**	462	462
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**948**	929	565
Móveis e utensílios	**1.918**	1.898	1.734
	8.592	8.048	6.494
Depreciação acumulada	**(5.040)**	(4.146)	(3.862)
Total	**3.552**	3.902	2.632

Movimentação – 2020:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 2019	**Adições**	**Baixas**	**Transferência**	**Saldo em 2020**
Computadores e periféricos	4.299	**494**	**-**	**-**	**4.793**
Máquinas e equipamentos	460	**11**	**-**	**-**	**471**
Veículos	462	**-**	**-**	**-**	**462**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	929	**19**	**-**	**-**	**948**
Móveis e utensílios	1.898	**20**	**-**	**-**	**1.918**
	8.048	**544**	**-**	**-**	**8.592**
Depreciação	(4.146)	**(894)**	**-**	**-**	**(5.040)**
Total	3.902	**(350)**	**-**	**-**	**3.552**

Movimentação – 2019:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 2018	**Adições**	**Baixas**	**Transferência**	**Saldo em 2019**
Computadores e periféricos	3.382	870	-	47	4.299
Máquinas e equipamentos	351	156	-	(47)	460
Veículos	462	-	-	-	462
Benfeitorias em imóveis de terceiros	565	364	-	-	929
Móveis e utensílios	1.734	168	(4)	-	1.898
	6.494	1.558	(4)	-	8.048
Depreciação	(3.862)	(284)	-	-	(4.146)
Total	2.632	1.274	(4)	-	3.902

Movimentação – 2018:

	Controladora					
	Saldo em 2017	**Adições**	**Baixas**	**Incorporação da W3**	**Incorporação da E-guru**	**Saldo em 2018**
Computadores e periféricos	2.694	477	(498)	664	45	3.382
Máquinas e equipamentos	257	40	-	52	2	351
Veículos	402	410	(350)	-	-	462
Benfeitorias em imóveis de terceiros	565	-	-	-	-	565
Móveis e utensílios	1.460	94	(14)	194	-	1.734
	5.378	1.021	(862)	910	47	6.494
Depreciação	(3.415)	(341)	702	(802)	(6)	(3.862)
Total	1.963	680	(160)	108	41	2.632

	Consolidado			
	Saldo em 2017	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 2018**
Computadores e periféricos	3.370	510	(498)	3.382
Máquinas e equipamentos	311	40	-	351
Veículos	402	410	(350)	462
Benfeitorias em imóveis de terceiros	565	-	-	565
Móveis e utensílios	1.654	94	(14)	1.734
	6.302	1.054	(862)	6.494
Depreciação	(4.209)	(355)	702	(3.862)
Total	2.093	699	(160)	2.632

Não houve capitalização de juros nos exercícios, bem como não há bens dados em garantia.

9. Intangível

	Controladora e Consolidado								
	31/12/2020			31/12/2019			31/12/2018		
	Custo	**Amortização**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**
Sistemas	**9.583**	**(9.583)**	**-**	9.555	(9.001)	554	9.554	(8.334)	1.220
Projeto Start	**-**	**-**	**-**	-	-	-	1.111	-	1.111
Desenvolvimento de software	**42.420**	**(5.816)**	**36.604**	36.532	(3.382)	33.150	29.057	(1.443)	27.614
Projeto W3net	**-**	**-**	**-**	-	-	-	4	-	4
Ágio	**64.011**	**-**	**64.011**	64.011	-	64.011	64.011	-	64.011
	116.014	**(15.399)**	**100.615**	110.098	(12.383)	97.715	103.737	(9.777)	93.960

Movimentação – 2020:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo líquido em 2019	**Adições**	**Baixas**	**Amortizações**	**Saldo líquido em 2020**
Sistemas	554	**29**	**-**	**(583)**	**-**
Desenvolvimento de software (a)	33.150	**5.889**	**-**	**(2.435)**	**36.604**
Ágio (b)	64.011	**-**	**-**	**-**	**64.011**
Total	97.715	**5.918**	**-**	**(3.018)**	**100.615**

Movimentação – 2019:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo líquido em 2018	**Adições**	**Baixas**	**Amortizações**	**Saldo líquido em 2019**
Sistemas	1.220	-	-	(666)	554
Projeto Start	1.111		(1.111)	-	-
Desenvolvimento de software (a)	27.614	7.473	-	(1.937)	33.150
Projeto W3net	4		(4)	-	-
Ágio (b)	64.011	-	-	-	64.011
Total	93.960	7.473	(1.115)	(2.603)	97.715

Movimentação – 2018:

	Controladora						
	Saldo líquido em 01/01/2018	**Adições**	**Incorporação da W3**	**Incorporação da E-guru**	**Amortização**	**Baixas**	**Saldo líquido em 2018**
Sistemas	1.108	-	709	452	(597)	(452)	1.220
Projeto Start	1.111	-	-	-	-	-	1.111
Desenvolvimento de software (a)	21.656	7.402	-	-	(1.444)	-	27.614
Projeto W3net	4	-	-	-	-	-	4
Ágio (b)	39.070	-	13.180	11.761	-	-	64.011
Total	62.949	7.402	13.889	12.213	(2.041)	(452)	93.960

	Consolidado				
	Saldo líquido em 01/01/2018	**Adições**	**Baixas/ Transferência**	**Amortização**	**Saldo líquido em 2018**
Sistemas	1.430	839	(452)	(597)	1.220
Projeto Start	1.111	-	-	-	1.111
Desenvolvimento de software (a)	21.656	7.402	-	(1.444)	27.614
Projeto W3net	4	-	-	-	4
Ágio (b)	64.011	-	-	-	64.011
Total	88.212	8.241	(452)	(2.041)	93.960

(a) O saldo de desenvolvimento de software refere-se a geração interna de intangível e atende os seguintes critérios para ativação: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros e existência de mercado para os produtos do ativo intangível ; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

(b) O ágio foi constituído pela incorporação da Catete Participações Ltda. em dezembro de 2013, pela Cerrado Participações S.A. (W3) em novembro de 2015 e pela aquisição de 65% das quotas da E-guru Serviços em Tecnologia Educacional Ltda. em agosto de 2016, e posterior incorporação de 100% em 30 de abril de 2018. O ágio foi fundamentado pela rentabilidade futura através de projeção de EBITDA e fluxo de caixa descontado e está sujeito à análise de recuperabilidade anual pela Administração.

a) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ágio de R$64.011 em 31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018, que foi alocado para uma única unidade geradora de caixa, que é também o segmento operacional da Companhia. A Companhia efetuou o teste de redução ao valor recuperável do ágio em 31 de dezembro e 2020, 2019 e 2018, e o cálculo do valor em uso foi baseado na estimativa dos fluxos de caixa aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Em percentual	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Taxa de desconto antes dos impostos	15,45%	19,48%	21,85%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	3,75%

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para 5 anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após esse período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo

do EBITDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O EBITDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustada substancialmente, pelos seguintes fatores:

(i) Aumento da penetração em pequenas e médias empresas por meio da nova oferta nuvem; e

(ii) Maior expansão no mercado de produtos HCM (*Human Capital Management*).

Como resultado da análise efetuada, o valor recuperável calculado pelo valor em uso em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 265.865 e não foi identificado uma redução ao valor recuperável do ágio.

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Salários a pagar	**2.588**	2.027	1.910
FGTS a recolher	**717**	573	612
INSS a recolher	**731**	668	588
Provisão para férias e encargos	**4.328**	3.913	3.517
Provisão de PPR (i)	**1.306**	919	898
Programa de incentivo de longo prazo - *phantom shares* (ii)	**1.914**	1.556	996
Outras	**6**	2	-
Total	**11.590**	9.658	8.521
Circulante	**11.590**	8.102	7.525
Não circulante	**-**	1.556	996

(i) A Companhia possui um programa de participações de resultados para os colaboradores conforme a Lei nº 10.101/00 de acordo com o resultado apurado a cada exercício. O montante anual a pagar é definido por meio dos resultados e indicadores de desempenho, que determinam o montante a pagar.

(ii) A Companhia possui um programa de incentivo de longo prazo e outorgou aos certos executivos 127.820 direitos de valorização de ações ("*Phantom Shares*"), entre os anos de 2014 e 2020. Os direitos conferem aos beneficiários e estatutários um pagamento em dinheiro após um evento de liquidez (oferta pública de ações da Companhia que resulte na listagem e negociação de ações da Companhia em bolsa de valores, alienação das ações da Companhia pelos acionistas principais que resulte na transferência de mais de 50% das ações do capital social da Companhia, venda ou alienação de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia a terceiros). O programa possui prazos de carência de 25% a cada ano a partir da data de concessão dos direitos de valorização. E em caso de um evento de liquidez, o prazo de carência será antecipado. O prêmio a ser pago é determinado com base na variação entre o preço da ação no momento inicial (valor de referência inicial) e o preço da ação no momento do evento de liquidez descrito nos contratos (valor de referência final). Os direitos devem ser exercidos em uma janela de prazo junto ao evento de liquidez, podendo ser caducados caso não sejam exercidos nessa data, na medida em que os beneficiários permaneçam vinculados como administrador ou empregado da Companhia até a ocorrência do evento de liquidez. O valor de referência médio das unidades de performance outorgadas é de R$ 22,81 reais. Os valores provisionados já contemplam os encargos sociais. A Companhia estimou o valor justo do programa de *phantom shares* considerando a avaliação do valor justo da Companhia pelo método do fluxo de caixa descontado. A movimentação da quantidade dos direitos de valorização de ações é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	**133.630**	104.580	81.340
Outorgadas	**8.715**	29.050	23.240
Canceladas	**(14.525)**	-	-
Saldo final	**127.820**	133.630	104.580

11. Fornecedores

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Fornecedores de serviços	**3.729**	3.730	2.847
Fornecedores parceiros	**825**	712	1.332
Total	**4.554**	4.442	4.179

12. Empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
BNDES	**-**	-	603
Finame	**-**	-	7
Crédito direto ao consumidor (CDC)	**-**	40	150
Conta garantida	**-**	-	1.700
Total	**-**	40	2.460
Circulante	**-**	40	2.420
Não circulante	**-**	-	40

Covenants

As operações de contratações de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas de cumprimento de índices/obrigações financeiras e não financeiras.

13. Tributos a recolher

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
IRRF a pagar	**1.202**	1.131	1.054
CPRB a pagar	**551**	707	705
ISS a pagar	**255**	317	319
PIS a pagar	**-**	20	42
COFINS a pagar	**-**	94	196
Outros tributos a pagar	**208**	234	138
Total	**2.216**	2.503	2.454

14. Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Serviços	**11.653**	8.830	8.256
Manutenções e assinaturas	**1.049**	917	491
Total	**12.702**	9.747	8.747

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados em um ou mais períodos, e são reconhecidos no resultado na medida das entregas das obrigações de performance estipuladas no respectivo contrato.

A Companhia gera receitas provenientes da utilização e implementação de ofertas de soluções de software de gestão de pessoas a seus clientes. A Companhia fornece acesso e/ou direito de uso ao seu software quando relacionado a assinaturas e manutenções, respectivamente, aos seus clientes baseados em valores mensais, contudo, alguns optam pelo faturamento antecipado, que são diferidos e reconhecidos no resultado proporcionalmente durante o período de utilização.

15. Arrendamentos

O passivo de arrendamento foi reconhecido conforme a nova norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que requer que seja registrado o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para todos os contratos contidos no escopo da norma. Atualmente os únicos contratos relevantes de arrendamentos que a Companhia possui são referentes a aluguel de imóveis. Foi utilizada a taxa média de desconto de 8,04% a.a. em 2020 e 2019 para a atualização do passivo de arrendamento.

Controladora e Consolidado

Direito de uso de arrendamentos	2020	2019
Saldos no início do exercício	**11.097**	**-**
Adoção inicial do CPC 06(R2) e IFRS 16	-	11.013
Remensuração/novos contratos	**1.319**	2.114
Amortização do exercício	**(2.103)**	(2.030)
Saldos no final do exercício	**10.313**	11.097

Passivo de arrendamento	2020	2019
Saldo no início do exercício	**11.654**	-
Adoção inicial do CPC 06(R2) e IFRS 16	**-**	11.013
Remensuração/novos contratos	**1.318**	2.114
Pagamentos de passivos de arrendamento	**(2.628)**	(2.316)
Juros	**594**	843
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**10.938**	11.654
Circulante	**2.504**	2.495
Não circulante	**8.434**	9.159
	10.938	11.654

O fluxo dos pagamentos futuros a valor presente do passivo de arrendamento é apresentado a seguir:

Cronograma de vencimento:	2020	2019
2020	**-**	2.592
2021	**2.631**	2.291
2022	**2.498**	2.291
2023	**2.498**	2.291
2024	**2.498**	2.291
Demais anos	**3.461**	3.140
Total	**13.586**	14,896
Ajuste a valor presente	**(2.648)**	(3.246)
Total do passivo de arrendamento	**10.938**	11.654

Em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/N°02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação (fluxo real descontado à taxa nominal). A Administração avaliou a utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados, e a estimativa dos saldos inflacionados no exercício corrente e comparativo.

As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

	31/12/2020	**31/12/2019**
Passivo de arrendamento – sem inflação	**10.938**	11.654
Passivo de arrendamento - com inflação	**12.295**	13.288
	12%	14%
Direito de uso – sem inflação	**10.313**	11.097
Direito de uso – com inflação	**11.653**	12.550
	13%	13%
Despesa financeira – sem inflação	**594**	843
Despesa financeira – com inflação	**665**	961
	12%	14%
Despesa de amortização – sem inflação	**(2.103)**	(2.030)
Despesa de amortização – com inflação	**(2.491)**	(2.359)
	18%	16%

Devido ao regime de apuração do Pis e Cofins da Companhia não há direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutidos na contraprestação dos arrendamentos pagos.

16. Provisões para demandas judiciais

A Administração da Companhia acompanha o desenvolvimento dos processos e discussões e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para todos aqueles processos cujo desfecho desfavorável é considerado provável, é constituída provisão para perda, incluindo principal e encargos.

Em 31 de dezembro de 2020, na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos o valor de causas classificadas como perda provável, era de R$12 (R$646 em 2019 e R$ 504 em 2018) relativo a demandas trabalhistas. Os processos trabalhistas classificados como de perda provável se referem aos processos movidos por ex-colaboradores da Companhia requerendo verbas trabalhistas, bem como de empresas prestadoras de serviços pleiteando tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais verbas trabalhistas.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Trabalhistas	**12**	646	504
Total	**12**	646	504

A Administração da Companhia registrou a provisão para demandas judiciais, para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	634
Reversão	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	504
Constituição	387
(-) baixa por pagamento	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	646
Constituição (reversão)	**(266)**
(-) baixa por pagamento	**(368)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**12**

Em 31 de dezembro de 2020, existem outros processos trabalhistas e administrativos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R$462 (R$150 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 278 em 31 de dezembro de 2018), e cíveis no montante de R$1.253 para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**19.916**	18.330	17.633	**19.916**	18.330	18.146
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	**34%**	34%	34%	**34%**	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:						
Pela alíquota fiscal	**(6.771)**	(6.232)	(5.995)	**(6.771)**	(6.232)	(6.170)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões ao lucro contábil:						
Adições/exclusões permanentes e temporárias	**884**	1.445	1.092	**884**	1.445	754
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	**(5.887)**	(4.787)	(4.903)	**(5.887)**	(4.787)	(5.416)
Alíquota efetiva	**32%**	30%	28%	**32%**	30%	30%
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(3.547)**	(2.420)	(1.528)	**(3.547)**	(2.420)	(1.832)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(2.340)**	(2.367)	(3.375)	**(2.340)**	(2.367)	(3.584)

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Diferenças temporárias			
Ativo:			
Provisão para perda de crédito esperada	**3.420**	2.864	2.873
Provisão intermediação negócio	**825**	712	1.332
Provisão de diferimentos de impostos indiretos	**-**	199	-
Provisão de serviços	**1.570**	601	1.171
Provisão de PPR	**1.306**	919	898
Provisão para demandas judiciais	**12**	646	504
Provisão para programa de incentivo de longo prazo	**1.914**	1.556	996
Arrendamentos	**518**	455	-
Passivo			
Provisão de diferimentos de impostos indiretos	**(443)**	-	-
Ágio	**(41.159)**	(37.071)	(34.006)
Amortização de desenvolvimento de software	**(23.190)**	(19.225)	(15.151)
Base de cálculo	**(55.227)**	(48.344)	(41.383)
IRPJ (25%)	**(13.807)**	(12.086)	(10.346)
CSLL (9%)	**(4.970)**	(4.351)	(3.724)
Impostos diferidos passivos, líquidos	**(18.777)**	(16.437)	(14.070)

A movimentação dos impostos diferidos é como segue:

	Controladora		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	**(16.437)**	(14.070)	(10.695)
Despesa reconhecida no resultado	**(2.340)**	(2.367)	(3.375)
Saldo final	**(18.777)**	(16.437)	(14.070)

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Saldo inicial	**(16.437)**	(14.070)	(10.486)
Despesa reconhecida no resultado	**(2.340)**	(2.367)	(3.584)
Saldo final	**(18.777)**	(16.437)	(14.070)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o capital social da Companhia monta em R$69.585, composto por 4.569.492 ações ordinárias nominativas e 2.926.085 ações preferenciais, totalizando 7.495.581 ações, todas elas nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de janeiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial; e o aumento do capital social autorizado até o limite total de 11.243.372 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2018, houve o aumento de capital de R$22.312 através de saldo da reserva de lucros, com emissão de 940.242 ações ordinárias e 602.086 ações preferenciais, totalizando 1.542.328 ações. Em 30 de abril de 2018, houve um aumento de capital de R$291 através da emissão de 143.253 ações ordinárias, referente à incorporação do acervo líquido da E-guru.

Posição acionária em 31/12/2020:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações	% Ações ordinárias	% Ações preferenciais	% Total de ações
Daniela Reis Teixeira Mendonça	**1.463.043**	**-**	**1.463.043**	**19,52**	**-**	**19,52**
Gustavo Reis Teixeira	**1.463.043**	**-**	**1.463.043**	**19,52**	**-**	**19,52**
Mônica Nascimento Cunha	**1.463.043**	**-**	**1.463.043**	**19,52**	**-**	**19,52**
Felipe Vieiralves Azevedo	**180.366**	**-**	**180.366**	**2,40**	**-**	**2,40**
Mont Blanc Brasil Partners I H – Fundo de Investimento em Part. Multiestratégia Investimento no Exterior	**-**	**2.926.086**	**2.926.086**	**-**	**39,04**	**39,04**
	4.569.495	**2.926.086**	**7.495.581**	**60,96**	**39,04**	**100,00**

Em junho de 2020 ocorreu a transferência total das ações preferencias do então acionista K2 Brasil Partners I E – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior para o agora acionista Mont Blanc Brasil Partners I H – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, não tendo nenhuma alteração no percentual de participação do acionista no total de ações da LG.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei n°6.404/76, limitado a 20% do capital social. A Companhia constituiu R$701 de reserva legal relativo ao lucro auferido no exercício de 2020 (R$677 em 2019 e R$637 em 2018).

c) Reserva de capital

Refere-se ao valor da diferença entre o valor pago e valor contábil, correspondente a 10% das ações da então controlada E-guru, adquirida em 26 de dezembro de 2017.

d) Dividendos distribuídos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia distribuiu dividendos (i) no montante de R$10.000 (R$1,33 por ação ordinária e preferencial) à conta do saldo de reserva de lucros e (ii) no montante de R$4.611 referentes ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R$3.996 em 2019 e R$3.354 em 2018). O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 26, determina a distribuição anual de 75% do lucro líquido apurado em cada exercício. Em 29 de janeiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a reforma do estatuto com alteração do dividendo mínimo obrigatório de 75% para 25% do lucro líquido.

	Controladora		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Lucro líquido do exercício	**14.029**	13.543	12.730
Constituição de reserva legal	**(701)**	(677)	(637)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	**13.328**	12.866	12.093
Dividendos mínimos obrigatórios (*)	**3.331**	9.637	9.062
(-) Dividendos distribuídos(**)	**(4.611)**	(3.996)	(3.354)
Dividendo distribuído por ação (R$)	**0,62**	0,53	0,57

(*) Considera o dividendo mínimo obrigatório de 25% para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme aprovado pelos acionistas em 29 de janeiro de 2021.
(**) Em 2019 e 2018, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos inferior ao dividendo mínimo obrigatório de 75% do lucro líquido ajustado do exercício, por se incompatível com a situação financeira e fluxo de caixa da Companhia, e que foi deliberado e ratificado pelos acionistas.

19. Lucro por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período, considerando uma única classe de ações, conforme conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias aprovada em 29 de janeiro de 2021. O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro que possa ter efeito dilutivo.

Controladora – 2020	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Numerador			
Lucro líquido	**14.029**	13.543	12.730
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	**7.495.581**	7.495.581	5.910.657
Resultado básico e diluído por ação (R$)	**1,8716**	1,8068	2,1537

20. Receita operacional líquida

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Recorrentes						
Receita de manutenção	**43.433**	43.575	39.485	**43.433**	43.575	39.484
Receita de assinatura	**41.983**	30.133	18.034	**41.983**	30.133	21.050
	85.416	73.708	57.519	**85.416**	73.708	60.534
Não recorrentes						
Receita de serviços	**40.063**	44.630	39.499	**40.063**	44.630	41.135
Receita de licenças, *set up* e *upgrade*	**4.286**	3.877	5.010	**4.286**	3.877	5.383
	44.349	48.507	44.509	**44.349**	48.507	46.518
Receita operacional bruta	**129.765**	122.215	102.028	**129.765**	122.215	107.052
(-) Impostos sobre serviços prestados	**(13.258)**	(12.558)	(10.393)	**(13.258)**	(12.558)	(10.863)
(-) Serviços cancelados	**(292)**	(184)	(746)	**(292)**	(184)	(762)
Receita operacional líquida	**116.215**	109.473	90.889	**116.215**	109.473	95.427

Recorrentes

Manutenção e assinaturas: são relacionadas a serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem fornecido pela Companhia, ou ainda baseada na própria infraestrutura interna do cliente, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software ou utilizá-lo em sua infraestrutura de TI ou de um terceiro, e relacionadas ao suporte tecnológico, "*help desk*", serviço de hospedagem de "software", pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade.

Não recorrentes

Receitas de serviços: estão relacionados a execução dos serviços de implantação, customização ou consultoria eventuais, proveniente especificamente ao software da Companhia. Representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados e aprovados pelos clientes conforme cronograma de execução, e quando há expectativa válida de recebimento do cliente.

Licenças, *set up* e *upgrade*: estão relacionadas a contratação de novas licenças ou aumento de assinaturas e são reconhecidas mediante a disponibilização ao cliente.

21. Despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Salários e proventos	**(29.818)**	(25.257)	(20.253)	**(29.818)**	(25.257)	(22.270)
Serviços de terceiros	**(29.670)**	(27.238)	(20.751)	**(29.670)**	(27.238)	(21.249)
Encargos sobre a folha	**(5.738)**	(5.902)	(4.525)	**(5.738)**	(5.902)	(5.017)
Benefícios	**(5.035)**	(4.885)	(4.294)	**(5.035)**	(4.885)	(4.624)
Depreciação	**(894)**	(284)	(341)	**(894)**	(284)	(355)
Amortização	**(5.121)**	(4.633)	(2.041)	**(5.121)**	(4.633)	(2.041)
Provisões de férias e encargos	**(3.919)**	(3.871)	(3.094)	**(3.919)**	(3.871)	(3.322)
Provisões de 13º e encargos	**(3.443)**	(3.059)	(2.667)	**(3.443)**	(3.059)	(2.872)
Pró-labore	**(2.738)**	(2.615)	(2.399)	**(2.738)**	(2.615)	(2.557)
Comunicação (P&M)	**(1.811)**	(3.164)	(2.452)	**(1.811)**	(3.164)	(2.453)
Provisão de PPR	**(1.306)**	(919)	(898)	**(1.306)**	(919)	(898)
Viagens e estadias	**(1.224)**	(3.193)	(3.012)	**(1.224)**	(3.193)	(3.196)
Reversão (provisão) para perda de crédito esperada	**(556)**	9	55	**(556)**	9	55
Manutenção de software	**(472)**	(387)	(289)	**(472)**	(387)	(297)
Ocupação	**(437)**	(535)	(2.622)	**(437)**	(535)	(2.706)
Energia elétrica	**(366)**	(522)	(408)	**(366)**	(522)	(425)
Impostos, taxas e contribuições	**(360)**	(375)	(293)	**(360)**	(375)	(315)
Programa de incentivo de longo prazo	**(357)**	(560)	(157)	**(357)**	(560)	(157)
Representantes	**(242)**	(228)	(370)	**(242)**	(228)	(370)
Convenção de vendas	**(204)**	(160)	(100)	**(204)**	(160)	(100)
Telefone	**(200)**	(333)	(363)	**(200)**	(333)	(379)
Correios	**(116)**	(258)	(198)	**(116)**	(258)	(199)
Outras despesas	**(1.383)**	(2.074)	(1.375)	**(1.383)**	(2.076)	(1.427)
Total	**(95.410)**	(90.443)	(72.847)	**(95.410)**	(90.445)	(77.174)
Custo dos serviços prestados	**(47.290)**	(44.638)	(34.352)	**(47.290)**	(44.638)	(36.783)
Despesas com vendas	**(15.634)**	(14.755)	(12.397)	**(15.634)**	(14.756)	(13.101)
Despesas gerais e administrativas	**(22.298)**	(22.991)	(19.804)	**(22.298)**	(22.992)	(20.469)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	**(10.188)**	(8.059)	(6.294)	**(10.188)**	(8.059)	(6.821)
Total	**(95.410)**	(90.443)	(72.847)	**(95.410)**	(90.445)	(77.174)

22. Resultado financeiro líquido

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Descontos obtidos	**26**	10	1	**26**	10	1
Rendimentos de aplicações	**333**	495	331	**333**	496	351
Atualização monetária e outras	**165**	365	95	**165**	365	123
Receitas financeiras	**524**	870	427	**524**	871	475
IOF	**(8)**	(16)	(38)	**(8)**	(16)	(39)
Juros	**(522)**	(117)	(534)	**(522)**	(117)	(597)
Taxas e despesas bancárias	**(95)**	(94)	(103)	**(96)**	(96)	(113)
Juros de passivo de arrendamento	**(594)**	(843)	-	**(594)**	(843)	-
Outras	**-**	(177)	(13)	**-**	(177)	(14)
Despesas financeiras	**(1.219)**	(1.247)	(688)	**(1.220)**	(1.249)	(763)
Resultado financeiro líquido	**(695)**	(377)	(261)	**(696)**	(378)	(288)

23. Transações com partes relacionadas

As operações comerciais e financeiras da Companhia com partes relacionadas estão a seguir enumeradas:

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Salários / pro labore	**3.637**	3.262	3.005
Participação nos lucros	**595**	22	-
Programa de incentivo de longo prazo	**357**	560	157
Outros benefícios	**229**	893	553
	4.818	4.737	3.715

A remuneração do pessoal-chave da Administração é registrada no grupo de despesas gerais e administrativas. A assembleia geral ordinária e extraordinária de 31 de julho de 2020 aprovou o montante da remuneração global anual aos administradores em até R$ 4.500 para 2020 (R$ 4.000 em 2019 e R$3.558 em 2018), sem considerar o valor do programa de incentivo de longo prazo.

A Companhia possui programa de incentivo de longo prazo ("*Phantom Shares*") outorgado aos seus executivos conforme divulgado na Nota 10.

b) Outras transações com partes relacionadas

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Passivo			
Fornecedores – aluguéis e outros			
Azul Celeste Participações e Administração Ltda.	**-**	30	50
EMC Empreendimentos e Participações Ltda.	**-**	**-**	31
Darman Administradora Ltda.	**-**	**-**	31
	-	30	112
Passivo de arrendamento			
Azul Celeste Participações e Administração Ltda.	**2.155**	2.372	-
EMC Empreendimentos e Participações Ltda.	**2.155**	2.404	-
Darman Administradora Ltda.	**2.155**	2.372	-
	6.465	7.148	-
Pagamento de aluguéis (i)	**(1.668)**	(1.549)	(1.449)
Despesas administrativas – H.I.G Brasil (ii)	**(325)**	(325)	(394)
Despesas administrativas – Azul Celeste Participações e Administração Ltda. (iii)	**(60)**	(367)	(439)

(i) Referem-se aos aluguéis dos prédios da matriz e filial localizados no Município de Aparecida de Goiânia-GO. As empresas listadas acima pertencem aos seguintes acionistas da Companhia: Daniela Mendonça, Gustavo Teixeira e Mônica Cunha. A remuneração dos aluguéis negociadas entre as partes relacionadas e a Companhia estão a valores e condições praticadas no mercado, com prazo contratual de 10 anos, obedecem a um fluxo de pagamentos mensal e são atualizados anualmente pelo IGPM. Em função do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, esta operação está registrada dentro da rubrica de amortização em 2020 e 2019 e despesas com ocupação em 2018, ambas no grupo de despesas gerais e administrativas.

(ii) Refere-se a honorário pela prestação de serviços de consultoria na Companhia pela H.I.G. Brasil Assessoria de Investimento Ltda. ("H.I.G. Brasil"), que é afiliada da Mont Blanc Brasil Partners I H – Fundo de Investimento em Part. Multiestratégia Investimento no Exterior.

(iii) Refere-se a honorários pela prestação de serviços de consultoria na Companhia pela Azul Celeste Participações e Administração Ltda., encerrado em fevereiro de 2020.

24. Instrumentos financeiros

a) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e pelo seu patrimônio líquido).

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

	Consolidado		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Empréstimos e financiamentos	**-**	40	2.460
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(14.590)**	(9.604)	(9.188)
Caixa líquido	**(14.590)**	(9.564)	(6.728)
Patrimônio líquido	**93.650**	94.232	84.685
Patrimônio líquido e caixa líquido	**79.060**	84.668	77.957

b) Valor justo de instrumentos financeiros

As tabelas abaixo demonstram as principais ativos e passivos financeiros da Companhia, e a comparação da classificação em custo amortizado e a comparação com os respectivos montantes estimados de valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Valor justo**
31 de dezembro de 2020				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	**14.587**	**14.587**	**14.590**	**14.590**
Contas a receber	**20.625**	**20.625**	**20.625**	**20.625**
Outros ativos	**2.586**	**2.586**	**2.586**	**2.586**
Passivos financeiros				
Fornecedores	**(4.554)**	**(4.554)**	**(4.554)**	**(4.554)**
Passivo de arrendamento	**(10.938)**	**(10.938)**	**(10.938)**	**(10.938)**
Receitas diferidas	**(12.702)**	**(12.702)**	**(12.702)**	**(12.702)**
Outros passivos	**(270)**	**(270)**	**(270)**	**(270)**

	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	**Valor justo**	**Custo amortizado**	**Valor justo**
31 de dezembro de 2019				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.600	9.600	9.604	9.604
Contas a receber	23.738	23.738	23.738	23.738
Outros ativos	1.928	1.928	1.928	1.928
Passivos financeiros				
Fornecedores	(4.442)	(4.442)	(4.442)	(4.442)
Passivo de arrendamento	(11.654)	(11.654)	(11.654)	(11.654)
Empréstimos e financiamentos	(40)	(40)	(40)	(40)
Receitas diferidas	(9.747)	(9.747)	(9.747)	(9.747)
Outros passivos	(280)	(280)	(280)	(280)

	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
31 de dezembro de 2018				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.182	9.182	9.188	9.188
Contas a receber	25.103	25.103	25.103	25.103
Outros ativos	1.179	1.179	1.179	1.179
Passivos financeiros				
Fornecedores	(4.179)	(4.179)	(4.179)	(4.179)
Empréstimos e financiamentos	(2.460)	(2.460)	(2.460)	(2.460)
Receitas diferidas	(8.747)	(8.747)	(8.747)	(8.747)
Outros passivos	(617)	(617)	(617)	(617)

c) Gerenciamento de riscos

No curso normal das suas operações, a Companhia está exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

(i) *Risco de mercado:* é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.

(ii) *Risco de liquidez:* o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos seus empréstimos e financiamentos conforme demonstrado na Nota 12. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

Compromissos em 31/12/2020:

Descrição	2021	2022	2023	2024 a 2028	Total
Fornecedores	**4.554**	**-**	**-**	**-**	**4.554**
Passivo de arrendamento	**2.631**	**2.498**	**2.498**	**5.959**	**13.586**

Compromissos em 31/12/2019:

Descrição	2020	2021	2022	2023 a 2028	Total
Empréstimos e financiamentos	40	-	-	-	40
Fornecedores	4.442	-	-	-	4.442
Passivo de arrendamento	2.592	2.291	2.291	7.722	14.896

Compromissos em 31/12/2018:

Descrição	2019	2020	2021	2022 a 2028	Total
Empréstimos e financiamentos	2.420	40	-	-	2.460
Fornecedores	4.179	-	-	-	4.179

(iii) *Risco de crédito:* É avaliado conforme em bases históricas pela Administração. A provisão para perda de crédito esperada é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Análise de sensibilidade

As aplicações financeiras da Companhia no montante de R$10.178 em 31 de dezembro de 2020 estão atreladas à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI em relação à data base de 31 de dezembro de 2020, considerando o risco de queda do CDI, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses conforme projeção do Banco Central do Brasil e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2020		
	Cenário Provável I	**Cenário II**	**Cenário III**
Taxa sujeita à variação	**1,90%**	**1,425%**	**0,95%**
Receita financeira projetada	**193**	**145**	**97**
Variação - R$	-	**(48)**	**(96)**

e) Hierarquia do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa

descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A Companhia não possui ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Os valores de valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados para fins de divulgação consideraram o Nível 2 de mensuração.

f) Movimentação dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos

2020:

	Controladora e Consolidado						
Descrição	**Saldos em 31/12/2019**	**Adições**	**Pagamentos de principal**	**Pagamentos de juros**	**Novos arrendamentos e remensuração**	**Outros**	**Saldos em 31/12/2020**
Empréstimos e financiamentos	40	**15.000**	**(15.040)**	**(461)**	**-**	**461**	**-**
Passivo de arrendamento	11.654	**-**	**(2.628)**	**-**	**1.318**	**594**	**10.938**
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	**14.611**	**(14.611)**	**-**	**-**		**-**
Total	11.694	**29.611**	**(32.279)**	**(461)**	**1.318**	**1.055**	**10.938**

2019:

	Controladora e Consolidado						
Descrição	**Saldos em 01/01/2019**	**Adições**	**Pagamentos de principal**	**Pagamentos de juros**	**Novos arrendamentos e remensuração**	**Outros**	**Saldos em 31/12/2019**
Empréstimos e financiamentos	2.460	-	(2.319)	(101)	-	-	40
Passivo de arrendamento	11.013	-	(2.316)	-	2.114	843	11.654
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6.857	3.996	(9.366)	(1.497)	-	-	-
Total	20.330	3.996	(13.991)	(1.598)	2.114	843	11.694

2018:

	Controladora					
Descrição	**Saldos em 01/01/2018**	**Adições**	**Pagamentos de principal**	**Pagamentos de juros**	**Outros**	**Saldos em 31/12/2018**
Empréstimos e financiamentos	2.025	1.942	(1.476)	(31)	-	2.460
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	5.231	3.354	(2.034)	-	306	6.857
Total	7.256	5.296	(3.510)	(31)	306	9.317

	Consolidado					
Descrição	**Saldos em 01/01/2018**	**Adições**	**Pagamentos de principal**	**Pagamentos de juros**	**Outros**	**Saldos em 31/12/2018**
Empréstimos e financiamentos	2.132	1.942	(1.583)	(31)	-	2.460
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	5.231	3.354	(2.126)	-	398	6.857
Total	7.363	5.296	(3.709)	(31)	398	9.317

26. Cobertura de seguros

É política da Companhia manter cobertura de seguros por montantes que, baseado em análises de seus assessores na área de seguros, são considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes apólices de seguro contratadas:

Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Valores**	**Vigência**	**Seguradora**
Predial (Matriz e Filiais)	Incêndio/Raio/Expl/Fumaça/Q.Aero, e outros	30.434	2020-2021	Porto Seguro
Seguro Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	Responsabilidade por dados pessoais, corporativos, de empresas terceirizadas, segurança de dados, e outros	30.000	2020-2021	AIG Seguros
Responsabilidade Civil Profissional	Responsabilidade solidária/dano moral/difamação, calúnia e injúria/propriedade intelectual/extravio, roubo ou furto de documentos/violação de direitos de privacidade de terceiros, e outros.	10.000	2020-2021	AIG Seguros
Seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e/ou administradores (D&O)	Despesas com consultores de gerenciamento de crise, despesas de publicidade/custos de investigação/despesas de bens de liberdade/bloqueio de conta corrente/inabilitação/práticas trabalhistas indevidas, e outros.	20.000	2020-2021	XL Seguros

27. Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos

Em 05 de janeiro de 2021 os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem qualquer ressalva, aprovaram por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R$12.766 à conta da reserva de lucros, os quais, de modo a compatibilizar a gestão do fluxo de caixa da Companhia, serão pagos no decorrer do ano de 2021.

Deliberações dos acionistas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de janeiro de 2021, os acionistas da Companhia (i) aprovaram o plano de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia; (ii) aprovaram a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial; (iii) aprovaram o aumento do limite do capital autorizado, que passou a ser de 11.243.372 ações ordinárias; (iv) autorizaram a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia; (v) autorizaram a administração da Companhia realizar o pedido de listagem no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão; (vi) aprovaram a realização da oferta pública de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada na CVM; (vii) autorizaram a administração da Companhia para que tome as medidas necessárias para a obtenção de registro de companhia aberta e a aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia; e (viii) aprovaram a reforma e consolidação do Estatuto Social.

A vigência do plano de opções de compra de ações de emissão da Companhia é condicionada à realização de oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia, não tendo havido, portanto, qualquer outorga de opções com base em tal plano até a data de emissão dessas demonstrações contábeis.

No que se refere ao regime de destinação de resultados, o Estatuto Social estabelece que o lucro remanescente de cada exercício social, após a destinação para reserva legal, ajustado por eventual reserva para contingências e as respectivas reversões, se for o caso, terá a seguinte destinação: (a) 25% será necessariamente distribuído aos acionistas, como dividendo obrigatório; (b) por proposta da administração, até 75% poderá ser destinado para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de garantir recursos para realização de investimentos nos negócios da Companhia, de suas sociedades controladas e coligadas, inclusive por meio de aporte de capital; e (c) o saldo remanescente, se houver, terá a destinação fixada pela Assembleia Geral com base na proposta dos órgãos da administração.

***